

A. I. N° - 000.914.385-8/04
AUTUADO - SHIRLEY LANDIM
AUTUANTE - WELLINGTON CASTELLUCCI
ORIGEM - INFAZ SANTO ANTONIO DE JESUS
INTERNET - 23/05/05

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0160-03/05

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. ESTABELECIMENTO NÃO INSCRITO E FALTA DE TALONÁRIO DE NOTA FISCAL. MULTA. Restou comprovado que o autuado encontrava-se ativo no cadastro de contribuintes no momento da ação fiscal. Não ficou comprovada a saída de mercadorias sem documento fiscal. Infração não caracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 28/12/04, para exigir a multa no valor de R\$460,00 em decorrência da “falta de inscrição estadual e talonário fiscal, com venda sem documentação fiscal ao consumidor”, conforme o Termo de Visita Fiscal acostado à fl. 2 dos autos.

O autuado apresentou defesa (fl. 5), alegando que ainda está pagando um parcelamento do imposto referente às mercadorias existentes em seu estabelecimento, o qual foi novamente autuado.

Acrescenta que “conforme acerto verbal a autuada facilitou a Inscrição Estadual da Matriz e filial e não entende porque ou qual o objetivo desta segunda autuação já que a empresa está legalizada conforme o documento comprobatório em anexo”. Pede a nulidade do Auto de Infração.

O autuante, em sua informação fiscal (fl. 11) afirma que, no momento da ação fiscal, a empresa não apresentou os documentos solicitados, para comprovar a regularidade de sua inscrição estadual e, além disso, vendia as mercadorias existentes no estabelecimento sem a emissão do documento fiscal. Conclui dizendo que não houve outra alternativa a não ser a aplicação da penalidade prevista na lei e pede a procedência do lançamento.

VOTO

O presente Auto de Infração em lide foi lavrado para exigir a multa no valor de R\$460,00 em razão da “falta de inscrição estadual e talonário fiscal, com venda sem documentação fiscal ao consumidor”, conforme o Termo de Visita Fiscal acostado à fl. 2 dos autos.

O autuado alegou que seu estabelecimento está regular perante a Secretaria da Fazenda, o que está comprovado pelo documento de fl. 6, onde consta como ativo no cadastro de contribuintes do Estado da Bahia, no dia 28/12/04.

Por outro lado, verifico que a acusação contida no lançamento também se refere à constatação de vendas de mercadorias sem documento fiscal, haja vista que não havia, no momento da visita fiscal, o talonário de notas fiscais de venda a consumidor e o autuante, em sua informação fiscal,

afirmou que o contribuinte vendia as mercadorias existentes no estabelecimento sem a emissão do documento fiscal.

Para comprovar a infração, o autuante anexou, à fl. 2, um Termo de Visita Fiscal onde consta “a falta de talão de nota fiscal de venda” e, por essa razão, entendeu o preposto fiscal que teria havido saídas de mercadorias desacobertas de documentação fiscal. Entretanto, entendo que, pelos documentos acostados, não ficou comprovado que o contribuinte realizou, efetivamente, saídas de mercadorias tributáveis sem a emissão da nota fiscal.

Dessa forma, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 000.914.385-8/04, lavrado contra **SHIRLEY LANDIM**.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de maio de 2005.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA- PRESIDENTE/RELATORA

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – JULGADOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – JULGADOR